



Informação pessoal

Nome próprio JOAQUIM PEDRO DE JESUS DA CONCEIÇÃO
Filiação Joaquim da Conceição e de Maria Delfina de Jesus da Conceição
Nacionalidade Portuguesa
Naturalidade Sé Nova - Coimbra
Data de Nascimento 02/03/1968
Estado Civil Casado
Morada Rua da Cruz, nº8-2º
1685-116 Caneças
Cartão de Cidadão 080956963 9 ZZ9
NIF 149018045

Habilitações Académicas Licenciatura em Direito

Outras Habilitações

- Curso de Especialização em Ciências Jurídicas [áreas de Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho, Direito Comunitário, Direito Administrativo, Direito Constitucional e Cultura Judiciária];
- Curso de Código das Custas Judiciais [Universidade Moderna de Setúbal em colaboração com a Delegação de Setúbal da Ordem de Advogados Portugueses];
- Curso de Formação Profissional – Formação Pedagógica de Formadores – Nova Etapa/DGAJ
- Colaborador externo de formação nas áreas de:
 - Processo Penal;
 - Processo Civil;
 - Custas Judiciais/Processuais.

Informação profissional

Sede Núcleo de Loures, Palácio da Justiça
2674-502 Loures

Número Mecanográfico **32849**

Formação Profissional

- *Informática de Gestão Processual/Código Processo Civil e de Procedimento de Injunção;*
- *Informática de Gestão Processual/Código das Custas Judiciais;*
- *Secretários de Justiça [Contabilidade, Regime Jurídico, Procedimento de Injunção, Convenções Internacionais e aplicação informática de Custas Judiciais];*
- *Código Processo Penal/Inquérito;*
- *Férias, Faltas e Licenças;*
- *Gestão Documental Judicial;*
- *Gestão de Conflitos e Liderança – [Comportamento/ Liderança /Comunicação e Desenvolvimento Pessoal];*
- *Informática de Gestão Processual – o Novo Código das Custas Judiciais e Apoio Judiciário;*

Conferências
Debates Públicos
Seminários
Colóquios
Outros

- Regulamento das Custas Processuais;
- Contratos Públicos e Instrumento de Gestão – O Regime do Ajuste Direto no novo Código dos Contratos Públicos;
- Informática de *H@bilus* – Instrumento de Gestão;
- Reforma do Código de Processo Penal;
- Reforma dos Recursos em Processo Civil e Portaria nº114/2008, de 6 de fevereiro;
- Contratos públicos – Ajuste Direto/*H@bilus*, Instrumentos de Gestão e sobre Liderança;
- Novo Regime da Ação Executiva – Dec.-Lei nº226/2008, de 20 de novembro;
- Processo Penal e Legislação Conexa;
- Regulamento das Custas Processuais no Sistema Informático de Custas Judiciais;
- Liderança Motivacional;
- Videoconferência;
- Gestão Documental [operações técnicas e formalidade da remessa para arquivo distrital e da eliminação de documentos e processos – portaria nº368/2013, de 24 de dezembro];

- Crimes de “Colarinho Branco”, promovida pela Associação de Direito e Justiça de Setúbal;
- Reformas do Processos Civil [As Novas Leis], promovida pela Associação de Direito e Justiça de Setúbal;
- Themis XXI: A imagem da Justiça [Territórios da Justiça – Um Mapa Judiciário para o Século XXI], promovida pela Direção-Geral da Administração da Justiça.
 - Reforma do Sistema de Recursos em Processo Civil, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários e o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Regulamento das Custas Processuais e SICPRO, promovido pela Direção-Geral da Administração da Justiça/Centro de Formação de Funcionários de Justiça;
- A Rede Judiciária Europeia em Material Civil e Comercial – Os Membros Nacionais e os Instrumentos Jurídicos Internacionais aplicáveis, promovido pela Direção-Geral da Administração da Justiça/Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial;
- O que mudou no Regulamento das Custas Processuais, promovido pela Direção-Geral da Administração da Justiça/Centro de Formação de Funcionários de Justiça;
- Procedimentos a adotar em exames periciais de documentos e escrita manual, protagonizado pelo LEDEM;
- Custas Processuais, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ).
- I Encontro Nacional de Secretários de Justiça “As soluções do futuro, hoje”, organizado pela Direção Geral da Administração Pública;
- Participação nas Sessões de Apresentação sobre a Nova Organização Judiciária - 2014;
- Participação nas reuniões de trabalho promovidas pelo COJ/DGAJ, subordinadas à temática:
 - i. natureza procedimental, conexionados com a realidade das atuais Comarcas;

- ii. procedimentos a adotar ulteriormente nos processos inspetivos, a atividade avaliativa e disciplinar do COJ;
- iii. análise e reflexão sobre pendências e períodos temporais de resolução dos processos de natureza disciplinar;
- iv. análise e reflexão sobre a introdução de um novo modelo de distribuição dos processos de inquérito, tendo em vista o auxílio das equipas inspetivas exclusivamente afetas à área disciplinar e a sua distribuição equitativa, em número e em dispersão geográfica;
- v. reavaliação dos mapas de pessoal das secretarias.

Estágio **1987 (maio a setembro)** - Tribunal Judicial da Comarca de Anadia;

1988 (junho a dezembro) - eventual no Tribunal Judicial da Comarca de Anadia e na Secretaria Privativa dos serviços do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro;

Início de funções **02.01.1989** – como escriturário judicial no Tribunal Judicial da Comarca de Porto de Mós;
(nesta categoria exerci funções nos Tribunais de Coimbra e de Anadia);

Promoções **21.03.1994** – a escrivão adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Faro;
(nesta categoria exerci funções também no Tribunal de Águeda);

1996 setembro a 2004 setembro – como escrivão de direito nos Tribunais, Circulo de Anadia e Benavente (artº. 43º do EFJ), Cível de Lisboa e Juízos de Pequena Criminalidade e de Pequena Instância Criminal de Loures;

2004 setembro a 2016 maio – como secretário de justiça nos Tribunais, Redondo, Montijo, Mealhada (regime de apoio) e Juízos Criminais e de Pequena Instância Criminal de Loures e Núcleo de Loures do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte;

Ao serviço do COJ

desde 09.05.2016 – Inspetor do COJ em comissão de serviço.;

